

Índice

1. Escopo do Comitê
2. Artigo
26. Posicionamento de Blocos

ESCOPO DO COMITÊ

A Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945 em São Francisco, estabeleceu a criação dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), estando entre eles o Conselho de Segurança, criado para a manutenção internacional da paz e da segurança. Além disso, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem como funções desenvolver relações amigáveis entre as nações, cooperar para a solução de problemas internacionais e para a promoção do respeito aos direitos humanos e ser o centro harmonizador das ações das nações.

O CSNU é composto por 15 membros, sendo cinco permanentes com direito a veto - Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral e com período de permanência de dois anos. Entretanto, qualquer membro das Nações Unidas pode participar da discussão como membro não votante se o Conselho entender que os interesses desse país são especialmente afetados pelo debate. Todos os membros da ONU concordaram em aceitar e pôr em prática as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança. Dessa forma, diferentemente de outros órgãos, que estabelecem recomendações, o CSNU tem caráter mandatório, ou seja, todos os países membros devem aceitar e cumprir as decisões tomadas pelo Conselho.

Em uma situação que ameace a paz, o Conselho de Segurança põe em prática uma ordem de passos. Primeiramente, recomenda que as partes tentem chegar a um acordo por meios pacíficos, podendo despachar uma missão e empreender investigações e mediações. Se a disputa levar a hostilidades, o objetivo é terminar o conflito o mais

Para isso, o Conselho pode despachar uma força de manutenção da paz para ajudar a reduzir as tensões. Se necessário, pode-se optar por medidas de execução, como ações militares coletivas,

rápido possível. Conselho pode forçar a paz para ajudar a reduzir as tensões. Se necessário, pode-se optar por medidas de execução, como ações militares coletivas,



sanções econômicas ou separação de relações diplomáticas. As medidas são tomadas de forma cuidadosa e delicada, pois a principal preocupação é terminar o conflito, concentrando as ações sobre os responsáveis pelas ações que afetem a segurança e a paz, na tentativa de diminuir os impactos gerados sobre a população e a economia.

Se necessário, o Conselho de Segurança pode estabelecer órgãos subsidiários, sendo comitês ou grupos de trabalho, para tratar desde assuntos processuais até questões substantivas. Como exemplo, existem os comitês contra o terrorismo e a não proliferação, comitê do Estado-Maior e o comitê de sanções (ad hoc).



SIGMA-MÚNDI

CONSELHO DE SEGURANÇA

A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: OS INTERESSES POLÍTICOS POR TRÁS DA DECISÃO E OS EFEITOS DAS AÇÕES DO MOVIMENTO SIONISTA



1. INTRODUÇÃO

Atualmente Israel é um dos países mais poderosos militar e economicamente do mundo. Seu curto tempo de existência, tendo sido reconhecido e oficializado como país somente em 1948, foi marcado por diversos conflitos na região do Oriente Médio durante a segunda metade do século XX. Entretanto, enquanto de um lado Israel prospera, inúmeros descendentes dos palestinos sofrem com a perda do território que possuíam antes da partilha e de porções que foram conquistadas pelos judeus posteriormente com a Guerra do Seis Dias, em 1967.

A criação do Estado de Israel é um acontecimento extremamente relevante como objeto de debates e as circunstâncias e os efeitos gerados na sociedade mundial definiram caminhos para a forma como acordos e discussões diplomáticas são feitos na contemporaneidade. O objetivo desse artigo é compreender, do ponto de vista da política internacional, porque nações influentes decidiram dar suporte às reivindicações judaicas, mesmo com indícios de que a comunidade árabe não era favorável à repartição de seu território e que esse posicionamento poderia gerar consequências que abalariam significativamente a ordem na região. Concomitantemente, o movimento sionista e suas ações e organizações políticas serão apresentadas, mostrando como influenciaram os acontecimentos da época.

Servindo de base para a análise, serão usados estudos feitos por Aura Rejane Gomes, Luiz Salgado Neto, Peter Demant, Demétrio Magnoli, Benny Morris, Avi Shlaim, Noam Chomsky, Ari Shavit e Neil Caplan que estudam profundamente a questão da fundação de perspectivas fim do estudo, responder à reivindicações judaicas mesmo valor Palestina e a Israel sob diferentes. Ao pretende-se pergunta: as palestinas e receberam o durante os



debates que precederam a divisão do território da Palestina?

2. RELAÇÃO DO TEMA DO COMITÊ COM O TEMA GERAL DA CONFERÊNCIA

A relação presente entre o Tema Geral da Conferência, Progresso por Meio do Respeito aos Direitos Humanos e sua Diversidade, e a Criação do Estado de Israel inicia-se nas décadas anteriores a sua criação e se estende até os dias atuais. Ao observar o desenvolvimento do conflito na região, vemos diversos abusos relacionados à violação dos direitos humanos por tanto os palestinos como os judeus, motivados pelo conflito religioso e cultural entre eles, e pela não aceitação daquilo que eles acreditam que é o correto.

Desde o início do debate para realizar a decisão sobre a criação do Estado de Israel, todas as propostas que visavam o convívio entre as duas diferentes religiões e o incentivo da diversidade, foram veementemente negadas por alguma das partes e não obtiveram sucesso como solução amplamente aceita para a resolução do conflito. Não só isso, pode-se observar durante os debates a respeito da sua criação a clara colocação de interesses políticos e econômicos por parte de diferentes potências acima dos Direitos Humanos das populações locais após a segunda guerra, gerando insatisfação por parte dos palestinos e incentivando ainda mais a segregação entre esses povos.

Dessa forma, ao discutir a criação do Estado de Israel, deve-se levar em conta não só a diversidade cultural e religiosa dos povos que ali habitavam, mas também, tomar medidas que evitem todas as consequências negativas a sua futuras criação, como guerras e atentados terroristas, violações claras dos Direitos



Humanos. Fazendo com que pensemos, mesmo que a história seja reescrita (o Estado de Israel seja criado dentro do comitê), quais políticas poderiam ser adotadas para evitar todas as consequências negativas que ocorreram devido a sua criação.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

O sionismo foi um movimento nacionalista judaico, que surgiu no final do século XIX, cujo objetivo central era a formação de uma nação judaica, bem como a criação do Estado Judeu, uma saída estadista para a questão judaica. O termo surge pela primeira vez em um debate público realizado em Viena, em 23 de janeiro de 1892, onde o jornalista judeu e austríaco Nathan Birnbaum empregou a palavra. Na época, o antissemitismo presente na Europa e nas demais partes do mundo era extremamente forte e foi um pouco antes, entre os anos de 1881 e 1883, que os massacres contra a comunidade judaica russa pela polícia secreta do czar Alexandre III escandalizaram o mundo inteiro, fazendo com que cada vez mais, com ações como essa, que a defesa da criação de um Estado nacional judeu começasse a ganhar forma e tornar-se forte.

O movimento sionista desejava dar ao povo judeu Canaã (denominação antiga ao território em que hoje se encontra o Estado de Israel), a terra prometida por Deus ao povo Judeu. No entanto, a terra prometida, região da Galileia que no final do século XIX pertencia ao Império Turco-otomano, já estava sendo habitada por árabes palestinos.



Alguns líderes religiosos adeptos ao sionismo já haviam se estabelecido na Palestina no início do século XX e esses começaram a traçar as primeiras negociações com o Império Otomano para comprar terras na palestina. O sionismo encorajava a migração de judeus à terra santa e foi também nessa época em que aconteceu o chamado Caso Dreyfus, que foi uma conspiração de oficiais do Exército Francês contra Alfred Dreyfus, que também era oficial do exército da mesma instituição. Dreyfus foi injustamente acusado por seus colegas de fornecer informações da inteligência francesa para autoridades do Exército Alemão, nação que estava em guerra com a França naquela época. Diante da injustiça cometida, o jornalista Theodor Herzl se destacou na defesa pública de Dreyfus e denunciou as fraudes das acusações, tornando explícito o antissemitismo que se alastrava em toda Europa.

Com o estímulo gerado pelo Caso Dreyfus, diversos judeus residentes da Europa, Estados Unidos e outras economias urbanas se reuniram em torno de um fundo financeiro para custear a compra de terras na região da Palestina. E, na virada do século XIX para o século XX, os terrenos situados entre as Colinas de Golã, a Península do Sinai e o Rio Jordão foram sendo comprados por judeus. Entretanto, as terras compradas tinham caráter de colônia, e não de Estado, conforme desejava o sionismo. Mesmo assim aumentavam o poder judeu dentro da região.

Um dos primeiros impulsos recebidos para estabelecer um possível Estado judaico na Palestina veio com a Declaração Balfour, em 1917, que foi uma carta escrita pelo secretário de assuntos estrangeiros da Grã-Bretanha, James Balfour, que falava das intenções britânicas de facilitar a construção do Estado judaico. Ao final da primeira guerra, em 1918, o Império Turco-Otomano que garantia a unidade das nações muçulmanas acabou e muitas das nações submetidas à autoridade Otomana conquistaram independência, como por



exemplo a Turquia. Outras, como a Palestina, por não terem unidade política e terem uma forte presença de judeus em seu território, não formaram imediatamente um Estado, tendo sua área dividida entre os países vencedores da guerra, fazendo com que a região da Galileia, da Palestina, ficasse com os britânicos, fazendo com que cada vez mais judeus chegassem a região em busca da terra prometida.

Mesmo com a força do sionismo, muitos judeus continuaram a viver na Europa, muitos deles na Alemanha. Durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu o maior genocídio do século XX, o Holocausto, onde através de um programa sistemático de extermínio étnico patrocinado pelo Estado nazista cerca de seis milhões de judeus foram mortos em um assassinato em massa, o que acarretou uma migração em massa de judeus para o território da Palestina. Simultaneamente, na região do Oriente Médio, ocorria a radicalização da ideologia nacionalista muçulmana, que absorveu muitos dos pressupostos do antissemitismo nazista e do antiocidentalismo da irmandade Muçulmana.

Os palestinos, inspirados pelo pan-islamismo e o antissemitismo, começaram a se opor contra a presença dos judeus no território em torno da terra santa e começaram a promover ataques às instalações judaicas na Palestina. Os judeus, responderam formando uma força paramilitar chamada Haganah, que futuramente se tornaria a base para um proto-estado judaico a partir do assentamento judeu já existente dentro da Palestina.

Ao mesmo tempo que esses conflitos ocorriam, a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim e foi somente então que o holocausto dos judeus foi noticiado nos mundo inteiro. acontecimentos internacionais ainda mais o

ao fim e foi que o holocausto revelado e telejornais do Tais e a comoção fortaleceram movimento



sionista mundial e pressionou as potências vencedoras da guerra a resolverem a questão da Palestina o mais rápido possível.

O problema foi que com o final da guerra, a rivalidade e radicalização entre palestinos e judeus cresceu significativamente e, ao mesmo tempo que milícias palestinas continuavam os ataques aos assentamentos judaicos e não aceitavam de forma alguma a criação do Estado de Israel na terra que também consideravam como prometida para eles e que sempre foram deles, nações grandes como Egito e a Síria, também se declararam abertamente contra a criação. Do lado dos judeus, também houve radicalização e formou-se o grupo terrorista judeu chamado Irgun. Esse grupo cometeu um atentado a bomba no Hotel King David, em Jerusalém, em 22 de junho de 1946, matando o ministro britânico para assuntos no Oriente Médio, Lord Moyne. A Inglaterra então, já fragilizada pelos grandes gastos desenvolvidos durante a Segunda Guerra, com os agravamentos do problema repassou o problema para a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), que criou o Comitê Especial para Palestina (UNSCOP) a fim de tratar da decisão pela partilha territorial.

4. PROBLEMATIZAÇÃO

4.1. O surgimento da nacionalidade palestina



Um dos lemas defendidos pelo movimento sionista era “uma terra sem povo para um povo sem terra”. No início do século XX, acreditava-se que não existia um povo palestino.¹ Nos próximos parágrafos iremos analisar o processo de construção da nacionalidade palestina e comprovar que nessa época já existia uma identidade palestina em processo de crescimento.

Primeiramente, devemos analisar o conceito de nação. Para existir uma nação “deve haver um grupo composto por pessoas que se identificam mutuamente e que percebem haver obrigações e deveres entre si”.² A nação também possui uma limitação territorial, normalmente definida pelas fronteiras dos Estados modernos. Da mesma forma que o sentimento de semelhança é importante para a identificação, o sentimento de diferença também é. Quando um grupo toma consciência do que o separa de outros grupos, acaba por fortalecer as relações que tem com o seu próprio grupo.

A nacionalidade palestina foi construída a partir de um processo de afirmação e de dupla diferenciação. Mas antes de analisarmos como esse processo se realizou, devemos entender a diferença entre identidade local e identidade nacional. De acordo com Luiz,

Enquanto a identidade local está ligada à posse e ao trabalho da terra e relacionada aos lugares sagrados da Palestina (cristãos e muçulmanos), a identidade nacional se caracteriza eminentemente pela percepção de que, como palestinos, constituem uma nação, conscientes da sua especificidade em relação ao mundo árabe, e com direito a um projeto político próprio, voltado para a constituição de um Estado moderno, soberano, com fronteiras definidas e reconhecido internacionalmente. É a base de um projeto político nacionalista.³

¹ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

² NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

³ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

Em um primeiro momento, os árabes da Palestina se diferenciaram localmente, pois estavam próximos a importantes símbolos para a sua religião e tinham contato direto com a terra na qual seus ancestrais trabalharam. Portanto, quando os primeiros judeus começaram a se instalar na Palestina, com o auxílio do movimento sionista, o temor era local. Os árabes moradores da Palestina temiam que os judeus pudessem invadir aquele território e descaracterizá-lo como localidade árabe.⁴

A identidade nacional palestina começa a surgir a partir da Declaração de Balfour, que prometia a construção de um lar nacional judaico na Palestina. Nesse momento, inicia-se o sentimento entre os árabes palestinos de que eles eram uma nação contra outra que tentava tomar seu território. Essa é a primeira diferenciação.

A segunda diferenciação é em relação ao mundo árabe. A comunidade árabe era contra os sionistas e em muitos momentos defendeu a Palestina contra as ações do movimento e da Grã-Bretanha, principalmente após a Declaração de Balfour. Entretanto, os líderes árabes defendiam a Palestina, porque acreditavam que aquele território deveria fazer parte do projeto de construção necessário para se atingir a Grande Síria.⁵ Em uma resolução do Congresso Sírio, esse desejo fica claro: “Nós nos opomos a todo e qualquer desmembramento da Síria e não aceitamos que a Palestina ou as regiões costeiras do Oeste do Líbano sejam separadas da mãe-pátria”⁶.

Os árabes da palestina lidaram com a questão da criação de Israel diretamente. O território em que viviam e a organização que possuíam estavam sendo ameaçados pela criação de um Estado

⁴ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

⁵ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

⁶ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

que não refletia os seus desejos e o seu histórico cultural. Essa realidade os uniu e fez com que eles criassem uma assimilação entre si, a afirmação de uma identidade nacional palestina.

Em 1920, associações cristãs-islâmicas passaram a se reunir para pleitear um Estado palestino independente. Em 1921, ocorreram revoltas na cidade de Jaffa e entre os motivos estavam a não participação de árabes no governo do país, a recusa dos britânicos em dar o autogoverno para a Palestina e o uso da bandeira sionista. Nas revoltas de 1929, os palestinos buscaram junto ao Alto Comissário britânico para a Palestina uma participação no governo do país.

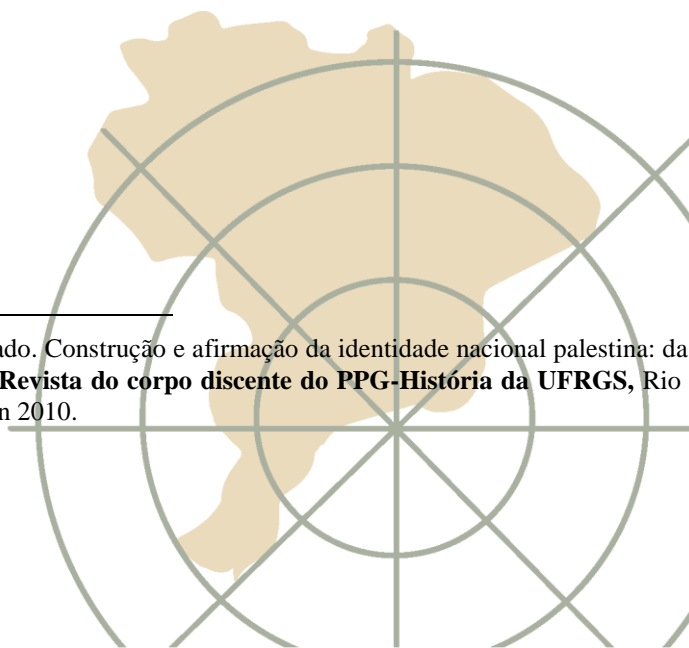
Assim, pelas demandas de autogoverno dos líderes árabes palestinos, podemos perceber que esse nacionalismo era “palestino”, voltado para a construção de um governo no território da Palestina como concebemos hoje, isolado da Transjordânia e não mais ligado a uma ideia de nação árabe ou “Grande Síria”.

7

É possível comprovar, portanto, que no território ocupado pelos judeus havia um povo. A identidade nacional palestina se fortaleceu ao longo do Mandato Britânico e, na época das discussões na Organização das Nações Unidas (ONU), já existia uma nação palestina.

4.2. Movimentações judaicas

⁷ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.



Grande parte do conflito gira em torno da questão territorial. Tanto árabes quanto judeus têm uma ligação especial com o território no qual está localizada a cidade de Jerusalém. Nesse tópico, serão analisadas historicamente as movimentações da população judaica pelo mundo e quesitos relacionados ao sionismo.

O judaísmo apareceu como a primeira religião monoteísta do mundo, ou seja, a primeira a defender a crença na existência de um só Deus. Para os judeus, Deus teria feito um acordo com os hebreus, povo do qual descendem, portanto seriam o “povo escolhido” e a eles estaria destinada a “terra prometida” que, de acordo com a Bíblia, foi entregue aos israelitas, descendentes dos patriarcas hebraicos Abraão, Isaac e Jacó. A “terra prometida” se estenderia do Rio do Egito até o Rio Eufrates, o que atualmente englobaria a Faixa de Gaza, o Estado de Israel, a Cisjordânia, a Jordânia Ocidental, o sul da Síria e o sul do Líbano.

Mesmo com a ideia de que existia uma terra destinada a eles, não foi fácil para os judeus se manterem fixos. Em dois momentos, chamados de Diáspora Judaica, que significa dispersão, eles foram bruscamente expulsos de suas terras e obrigados a conviver com outros povos. A Primeira Diáspora iniciou-se em 586 a.C, quando o Imperador Babilônico, Nabucodonosor II, invadiu o Reino de Judá, destruiu Jerusalém e deportou os judeus para a Mesopotâmia. A Segunda Diáspora aconteceu em 70 d.C. quando os romanos destruíram Jerusalém, fazendo com que os judeus tivessem que seguir para outros países localizados na Ásia Menor, na África e no Sul da Europa.

judeus,
estarem
território

viver e
parte de
sempre



Os
apesar de
longe do
em que
costumavam
separados de
sua comunidade,
buscaram manter

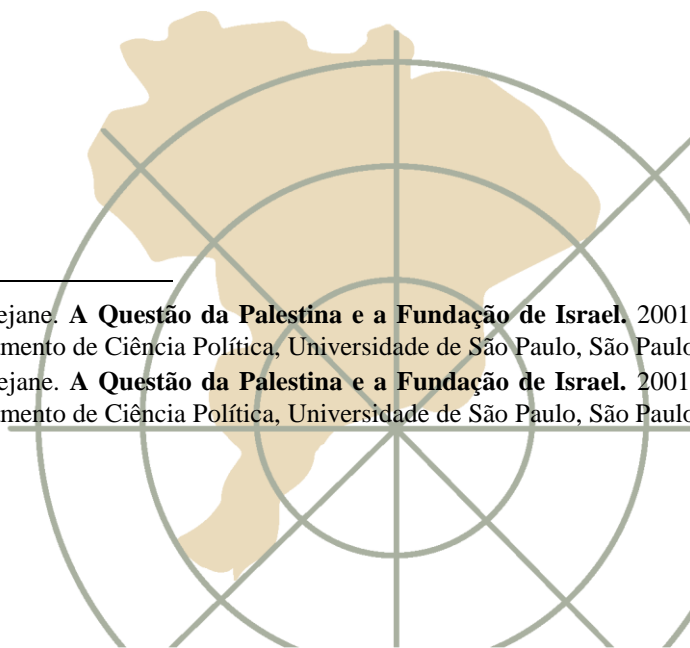
os seus costumes religiosos e culturais. A manutenção cultural e a organização em grupos foi o que possibilitou o fortalecimento do sionismo. A palavra sionismo significa retorno à terra do Monte Sião, à terra prometida, sendo Monte Sião o termo frequentemente utilizado para designar a Terra de Israel.

Não se pode negar a extremidade dos sofrimentos pelos quais a comunidade judaica passou. Depois de anos de perseguição, os líderes religiosos decidiram juntar esforços para encontrar novamente um local no qual os judeus pudessem se sentir confortáveis, deixando de lado a caracterização de estrangeiros e fugindo da visão antissemítica de que eles eram invasores. Nem todos os grupos judaicos concordaram com as movimentações da Organização Sionista Mundial (OSM), pois tinham consciência de que alguns líderes trabalhavam para defender seus interesses pessoais.⁸ Entretanto, o ideal de retorno à “terra prometida” ganhou força.

Judeus começaram a ocupar o território árabe da Palestina por meio da compra de terras, com o intuito de lá viver e constituir uma família a partir da década de 1880. Assim surgiam as *Kibutz*, fazendas coletivas. No final do ano de 1946, a população judaica na Palestina já ultrapassava a marca de 600 mil habitantes. O objetivo sionista, com o uso de suas influências midiáticas, era convencer a população judaica a migrar para a Palestina a fim de aumentar a expressividade populacional judaica, o que facilitaria a criação do Estado de Israel. Os judeus não foram capazes de sobrepor a população árabe, mas conseguiram atingir parte da expressividade que desejavam.⁹

⁸ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

⁹ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

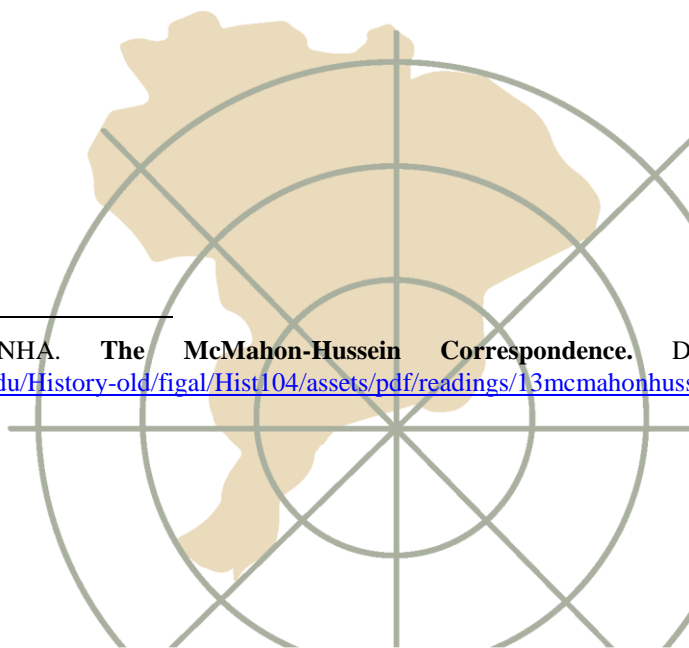


4.3. O impasse da Grã-Bretanha: independência da Palestina e promessa de um Estado Judeu

A Grã-Bretanha está intrinsecamente atada aos acontecimentos que levaram às desavenças entre árabes e judeus dentro do território da Palestina. Inúmeros documentos, que datam desde antes mesmo do fim da Primeira Guerra Mundial, comprovam que o país estabeleceu compromissos conflitantes com os dois grupos por um longo período.

Os primeiros documentos a serem considerados são as correspondências trocadas de 14 de julho de 1915 até 10 de março de 1916 entre o alto comissário britânico no Egito, Sir Henry McMahon, e o xerife de Meca durante a Primeira Guerra, Hussein bin Ali. O objetivo britânico era conquistar o suporte dos árabes contra o Império Otomano, que havia entrado na guerra ao lado dos Impérios Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria). Os árabes, em troca da organização de uma revolta contra o Império Otomano, exigiam o compromisso britânico no suporte à independência de um Estado Árabe. Na carta de 24 de outubro de 1915, Sir Henry McMahon afirma no Artigo 1 que “..., A Grande Inglaterra está preparada para reconhecer e dar suporte à independência dos árabes em todas as regiões dentro dos limites definidos pelo Xerife de Meca”¹⁰, tendo excluído somente os distritos de Mersina e Alexandretra e algumas porções da Síria. O território da Palestina, portanto, estava compreendido dentro do território árabe que a Grã-Bretanha ajudaria a tornar independente.

¹⁰ GRÃ-BRETANHA. **The McMahon-Hussein Correspondence.** Disponível em: <<http://www1.udel.edu/History-old/figal/Hist104/assets/pdf/readings/13mcmahonhussein.pdf>>. Acesso em: 19 fev 2018.



Menos de um ano após as trocas de correspondências, em 16 de maio de 1916, o Reino Unido firmou um tratado secreto com a França, o Acordo de Sykes-Picot, no qual partilhava o Oriente Médio entre as duas potências, já prevendo a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra. O acordo estabelecia que a Palestina seria colocada sob administração internacional, em uma clara discordância com o que havia sido previamente decidido com o Xerife de Meca. O acordo foi liberado pela Rússia após a Revolução Russa de 1917, gerando um sentimento de desconfiança dos árabes com os britânicos.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, muitas fronteiras tiveram que ser redefinidas e as relações internacionais passaram por transformações. O Império Otomano foi desmantelado e a Grã-Bretanha e a França, que já procuravam um maior controle sobre o Oriente Médio, conseguiram obter influência através do Sistema de Mandatos. O sistema foi criado a partir do artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, parte do Tratado de Versalhes, de junho de 1919, que também tratava sobre o direito à autodeterminação dos povos. As nações que receberiam auxílio foram divididas em três classes (A, B, C) de acordo com seu grau de desenvolvimento. Nessa divisão, a Palestina foi classificada como nação de classe A e ficou sob tutela da Grã-Bretanha, sendo da classe A as que:

atingiram tal grau de desenvolvimento que sua existência, como nações independentes, poderá ser reconhecida provisoriamente, sob a condição que os conselhos e o auxílio de um mandatário guiem sua administração até o momento em que sejam capazes de se conduzirem sozinhas.¹¹

Os países as mandatos Mandatários deveriam auxiliar as nações sob seu mandato até que essas obtivessem a

¹¹ LIGA DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações.** Disponível em: <
http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/55_-_pacto_da_sociedade_das_nacoes.pdf>.
Acesso em: 19 fev 2018.

organização necessária para serem plenamente independentes, guiados pelo ideal de que “o bem-estar e o desenvolvimento desses povos constituem sagrada missão de civilização, e convém incorporar ao presente Pacto garantias para o desempenho de tal missão.”¹² Apesar da visão idealista de que o Sistema de Mandatos seria algo para dar suporte aos países, o mesmo foi usado por alguns Mandatários para exercer influência dentro do mundo árabe e pôr em prática seus interesses, assim como foi feito pela Grã-Bretanha, o que será percebido posteriormente quando analisarmos a Declaração de Balfour. De acordo com Aura Gomes,

O conceito de mandatos, uma inovação no sistema internacional, foi criado para conciliar as exigências colonialistas do momento e a necessidade política e moral de reconhecer, mesmo que de forma enviesada, os direitos dos colonizados.¹³

Além das promessas feitas aos árabes e as responsabilidades assumidas em relação ao território da Palestina, a Grã-Bretanha estabeleceu um compromisso com os judeus, mais especificamente com os sionistas, através da Declaração de Balfour, carta de 2 de novembro de 1917. A Declaração é o documento que representa o apoio da Grã-Bretanha à instalação de “um lar nacional para os judeus” em território palestino e no qual os britânicos prometem usar seus recursos para alcançar esse objetivo. Para os sionistas, a carta escrita por Balfour representou uma vitória, sendo o resultado de anos de movimentações políticas e fortalecimento da ideia dentro da comunidade judaica. Para os árabes, a carta representa uma quebra do compromisso que a

¹² LIGA DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações**. Disponível em: < <http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/55 - pacto da sociedade das nacoes.pdf> >. Acesso em: 19 fev 2018.

¹³ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

Grã-Bretanha tinha estabelecido previamente com os árabes por meio da correspondência MacMahon-Hussein.¹⁴

Assim, com o apoio explícito da Grã-Bretanha e como os imigrantes judeus eram de origem europeia, e imbuídos do pensamento progressista e cientificista, alguns líderes árabes identificavam o estabelecimento judaico na Palestina como um movimento aos moldes do imperialismo europeu. Porém, para eles, o colonialismo judeu era ainda pior. O representante palestino afirmava no Congresso Sírio em 1919 que o colonialismo sionista era pior do que o francês no Líbano, pois enquanto os franceses sabiam que eram estrangeiros, os sionistas acreditavam estar em casa na Palestina.¹⁵

Apesar do caráter contraditório, os princípios da Declaração de Balfour foram incluídos no texto do Mandato sobre a Palestina, de 24 de junho de 1922. O documento deveria versar sobre o futuro do território da Palestina e os caminhos que levariam a nação a se desenvolver até que pudesse se tornar plenamente independente. Entretanto, muitos artigos do texto foram usados para tratar de aspectos relacionados a criação do Estado Judeu, como o Artigo 4 que prevê o reconhecimento oficial de um organismo judaico para assessorar a Administração da Palestina, o Artigo 6 que trata sobre condições da imigração judaica e o Artigo 7 que visa facilitar a aquisição da nacionalidade palestina aos judeus. A Grã-Bretanha honrou seu compromisso de um lado, mas por outro, mesmo tentando mascarar com a promessa de que “nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina”¹⁶, falhou em seus compromissos com a comunidade árabe. Pode-se perceber também pela carta de Balfour um distanciamento no tratamento do

¹⁴ "Declaração de Balfour: uma Carta Que Mudou o Oriente Médio - BBC Brasil". BBC News , BBC, 6 de novembro de 2017, www.bbc.com/portuguese/internacional-41884652. Acesso em: 19 fev 2018.

¹⁵ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

¹⁶ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

povo árabe na Palestina, pois a eles se referem como “comunidade não judaica”, em um claro esforço de não reconhecer o sentimento de nacionalidade que começava a ganhar força entre os árabes que moravam em território palestino. Segundo Aura,

Com a inclusão da Declaração de Balfour no texto do Mandato britânico, o qual foi aprovado pela Sociedade das Nações, o mesmo tornou-se não apenas uma flagrante contradição ao texto do Sistema de Mandatos, mas uma verdadeira inconstitucionalidade, uma vez que esse sistema foi criado para "capacitar as nações da classe "A" para a independência plena" sendo que as mesmas já eram consideradas provisoriamente independentes. Sendo o Sistema de Mandatos fundamentado no direito à auto-determinação dos povos, constituindo o segundo título jurídico dos árabes Palestinos (o primeiro foram os acordos da Primeira Guerra), o Mandato britânico violou o direito à auto-determinação dos 750 mil árabes habitantes nativos da Palestina, com a finalidade de fazer respeitar o "direito" à auto-determinação dos judeus habitantes e nacionais de diversos países, na Palestina. Apesar dessa inconstitucionalidade, a Declaração de Balfour foi considerada um título jurídico em favor dos sionistas durante as sessões que determinaram a partilha da Palestina, na ONU, sendo que os títulos jurídicos dos árabes foram ignorados.¹⁷

A política externa britânica, tentando equilibrar sua influência com propostas tão conflitantes, cometeu erros que afetaram sua credibilidade com a comunidade árabe, além de ter afetado o prosseguimento do Mandato. Reflexos da insatisfação popular com essa política que buscava ganhar benefícios por todos os lados podem ser vistos em reações da comunidade árabe. Uma das reações mais populares é a Revolta Árabe que durou de 1936 a 1939, que ia contra o domínio colonial britânico e a imigração judaica em massa na área do Mandato Britânico da Palestina. A revolta teve duas fases. A primeira foi dirigida principalmente pela Alta Comissão Árabe, urbana e elitista, e se concentrou em torno de greves e outras formas de protesto político. A segunda fase,

¹⁷ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

liderada por camponeses, começou no final de 1937 e foi um movimento violento. Não somente as relações entre nações e grupos foram afetadas, mas muitas vidas foram perdidas em razão de uma política internacional britânica mal arquitetada.

4.4. Os gigantes da Guerra Fria

O conflito estabelecido entre árabes e judeus sionistas em razão da criação do Estado de Israel não se resume somente ao território disputado e aos dois grupos envolvidos. A situação tomou proporções internacionais e nações influentes, como Estados Unidos e Rússia, acabaram envolvidas no conflito. Desde a procura das nações por benefícios, aproveitando a instabilidade política na região, até o trabalho dos dois grupos em busca de apoio a suas plataformas de ocupação do território. Nos próximos parágrafos serão analisadas algumas das hipóteses levantadas para os motivos que levaram essas nações a tomarem alguma posição em relação ao assunto.

4.4.1. EUA e o Movimento Sionista

Os Estados Unidos da América (EUA), até a Primeira Guerra Mundial, mantinham uma política internacional isolacionista. Dessa forma, é

analisar
de uma
envolver
não o
uma
que
Ao
os EUA



complexo
como o país saiu
atitude de não se
em questões que
afetasse para
posição quase
intervencionista.
longo do tempo,
passaram a

defender a causa sionista e apoiar a imigração de judeus para a Palestina, existindo razões inúmeras para essa escolha.

Primeiramente, deve-se ao trabalho de grupos sionistas que, percebendo a força que o país tomou após o fim da guerra, prevendo que o mesmo adquiriria mais influência no cenário internacional após o enfraquecimento pós-guerra das nações europeias, e com a consciência de que uma grande população de judeus estava estabelecida em território norte-americano, decidiram iniciar movimentações dentro do país para ganhar força política. ¹⁸As primeiras movimentações foram destinadas ao convencimento da opinião pública. Organizações foram criadas com a finalidade de espalhar ideias sionistas para o público geral, para políticos, mas principalmente para os judeus não-sionistas. A OSM usava canais de notícias, panfletos e até mesmo escolas, que eram controladas por diretores sionistas, para convencer a opinião pública americana.

De 25 periódicos nacionais, 20 foram caracterizados como pró-Palestina ou realmente sionistas. A própria Organização Sionista possuía vinte e sete publicações. A imprensa geral americana era alimentada com centenas de "press releases" e os temas sionistas eram tratados por numerosos contatos pessoais nos jornais locais. No fim de 1944, 10% de 3.300 colunas reimprimiam press releases da Organização Sionista. Em 1945, a porcentagem era de 20% de 4.000 colunas. ¹⁹

Ademais, os parlamentares eram pressionados através de cartas de eleitores mandadas por grupos que se reuniam em Comitês de Emergência locais que, sob a jurisdição da OSM, convocavam os judeus para trabalharem pelo seu povo.

perder

devido à

Com medo de
votos ²⁰,

principalmente

influência da

¹⁸ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

¹⁹ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²⁰ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

comunidade judaica em Nova York, estado decisivo em eleições presidenciais, congressistas passaram a dar suporte a resoluções propostas no Congresso que “declaravam que os Estados Unidos se empenhariam em abrir as portas da Palestina para a imigração ilimitada de judeus e que lá deveria ser criado um Estado para esse povo”²¹ Roosevelt, durante todo seu governo, evitou tomar uma posição, pois mantinha uma promessa com o rei da Arábia Saudita, Ibn Saud, de que não entregaria a Palestina aos judeus.

Após a morte de Roosevelt, Truman assumiu. O presidente foi avisado das conversas que Roosevelt tivera anteriormente com o Rei Ibn Saud, mas se mostrou muito mais suscetível às pressões sionistas, acreditando que a emergência para a criação do Estado de Israel derivava da necessidade de ajudar os judeus refugiados da Europa²². Truman não tinha consciência de que o movimento sionista vinha se organizando antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. A mão forte que Roosevelt teve para aguentar a situação e manter os EUA mais longe da questão, enfraqueceu. Truman tentou seguir os passos do ex-presidente e chegou a renovar a promessa feita aos árabes, mas com as constantes pressões dos parlamentares americanos e das campanhas nacionais sionistas, pediu, em 31 de agosto de 1945, que o primeiro ministro britânico, Atlee, admitisse 100.000 refugiados judeus na Palestina.²³ Outro momento em que uma nação influente deixa de lado as promessas feitas aos árabes para defender a causa judaica.

A força do Lobby de Israel é uma razão muito aceita para o envolvimento dos EUA com a questão, mas outras também devem ser citadas.

²¹ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²² GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²³ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Estrategicamente, acredita-se que Israel serviria como ponto de apoio pró-ocidental na Guerra Fria, pois era claro, com discursos como “nós, judeus não temos nada em comum com aquilo que significa Oriente e agradecemos a Deus por isso”, de Vladimir Jabotinsky, que um Estado Judeu seria um apoio valioso para os EUA. ²⁴Ideologicamente, defende-se que os EUA se reconheçam e se identificavam com Israel, refúgio de perseguidos, embutido de ideais de justiça e renovação. ²⁵

4.4.2. A virada soviética

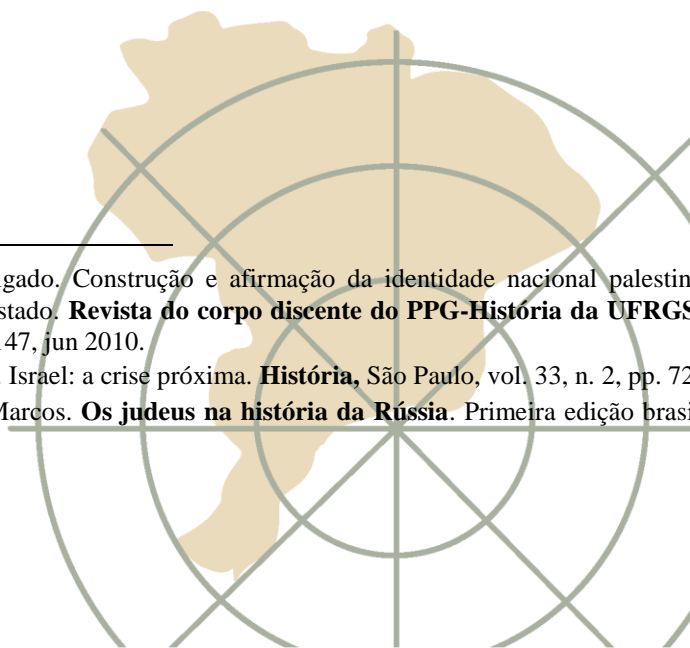
Com a terceira partilha da Polônia em 1795, quando os judeus passaram a viver como súditos dos czares, os russos passaram a conviver de forma mais próxima com os alvos de muitos de seus desgostos. Por muito tempo, os patriarcas de Moscou defenderam que a fé judaica, ostentadora da primazia do contato com Deus e possuidora de um caráter evolutivo, sem contar com sua adaptabilidade ao mundo externo, era uma ameaça a Igreja definida por seu imobilismo estrutural presente no estado cesaro-papista moscovita. ²⁶ Os judeus foram aceitos, a contragosto, mas sempre tratados como um elemento alheio ao corpo nacional russo. Ao longo de muitas décadas, esse povo viveu em regiões confinadas dentro do território russo.

“Fração ínfima entre eles é rica; poucos são os que dispõem de certo conforto. Enorme maioria vive na pobreza, e parte

²⁴ NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

²⁵ DEMANT, Peter. Israel: a crise próxima. **História**, São Paulo, vol. 33, n. 2, pp. 72-103, jul/dez 2014.

²⁶ MARGULIES, Marcos. **Os judeus na história da Rússia**. Primeira edição brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.



considerável simplesmente em miséria no limiar da fome. Nas pequenas cidades, onde forma maioria, sua pobreza é repugnante.”²⁷

Os judeus, entretanto, não se mantiveram alheios a situação em que se encontravam. Direitos foram conquistados aos poucos, mesmo que em certos momentos não fossem dados da forma que acreditavam ser justo. Um exemplo adequado é o estatuto dos judeus promulgado em 1804 que permitia aos judeus abrir escolas próprias, contanto que o ensino fosse feito em russo, polonês ou alemão.

As adversidades não se resumiram às condições miseráveis de vida. Após atentado feito contra o czar Alexandre II em 1880, os pogroms tornaram-se mais corriqueiros. Pogrom é o nome usado, principalmente, para definir os atos em massa de violência, espontânea ou premeditada, com a destruição simultânea do ambiente de convivência (casas, negócios, centros religiosos), contra judeus e outras minorias étnicas europeias, na Rússia Czarista e no período do nazismo na Alemanha e no leste Europeu. Muitos pretextos, como ressentimentos econômicos, sociais e políticos, são usados pelos agressores. Esses tipos de ataques formam o que se caracteriza como antissemitismo, que é o preconceito ou hostilidade contra judeus, baseado em ódio contra seu histórico étnico, cultural e/ou religioso. A qualquer abalo social ou político no governo, os judeus eram culpados.

Esses ataques não se limitaram ao final do século XIX. Até o final da Guerra Civil, em 1921, houve, só na Rússia, mais de 31 mil mortos em pogroms. Tendo em conta os inúmeros ataques, entre 1880 e 1923, quase 2 milhões

os

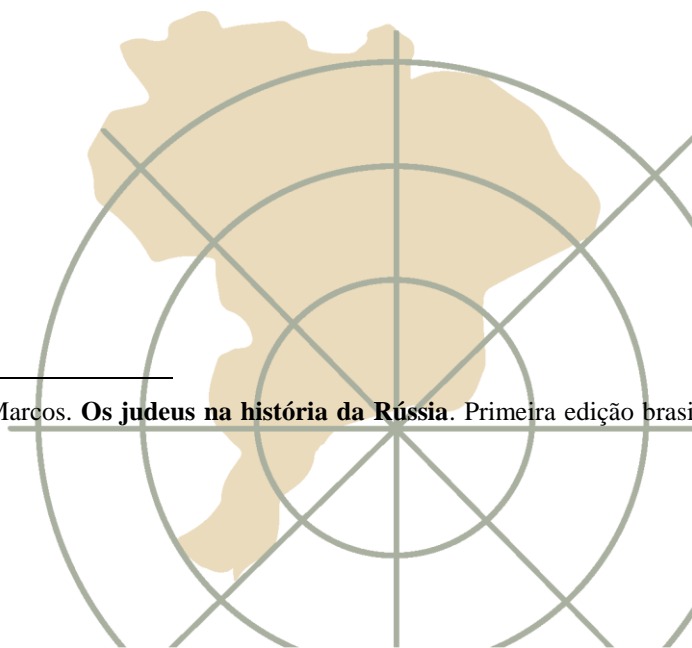
Na

banido

de judeus russos emigraram para Estados Unidos.

mesma época, o sionismo foi da Rússia

²⁷ MARGULIES, Marcos. **Os judeus na história da Rússia**. Primeira edição brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.



soviética, pois os sionistas eram considerados “lacaio do império britânico”. Joseph Stalin, ditador soviético a partir de 1922, escreveu um livro no qual repudiava a nacionalidade judaica e o Estado político sionista. A URSS chegou até mesmo a patrocinar os árabes contra os sionistas na mesma época que a Grã-Bretanha estava favorecendo a imigração judaica à Palestina.²⁸

Observando o início de um contexto de Guerra Fria e toda a bagagem histórica de perseguições e críticas contra os judeus feitas pelos russos, era esperado que a União Soviética se posicionasse contra a criação do Estado de Israel e continuasse com seu foco de conquista de influência no Oriente Médio. Entretanto, ambas as potências votaram a favor da partilha, lado da luta defendido pelos judeus sionistas. Por que a União Soviética teria tomado essa decisão? As razões ainda são indefinidas.

Vendo o apoio que a URSS deu aos árabes por tanto tempo, é difícil acreditar que ela tenha tomado o lado favorável ao sionismo. A teoria mais aceita para explicar o ocorrido é que o conflito político da Guerra Fria tenha falado mais alto e que a decisão tinha o objetivo de “garantir a retirada das tropas e autoridades britânicas da Palestina e a perpetuação do conflito árabe-judaico, que pelo futuro indefinido manteria o Oriente Médio em ebulição”.²⁹ Ou seja, mesmo com todo seu passado de contato com a comunidade árabe, a União Soviética teria preferido usar a oportunidade para prejudicar a Grã-Bretanha, um dos maiores expoentes do mundo capitalista.³⁰

²⁸ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²⁹ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

³⁰ GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

5. CONCLUSÃO

Analisando os documentos apresentados, as avaliações históricas e os percursos de decisões feitas por nações como Grã-Bretanha, EUA e URSS, é possível comprovar que existiu uma diferenciação clara na análise das reivindicações dos dois povos. Os interesses políticos se sobrepuseram a questões fundamentais como o 1º artigo da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem que define que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa. O conflito já dava sérios indícios de que se não fosse tratado da maneira mais adequada e detalhada poderia vir a causar danos prolongados e, com isso, a segurança de milhares de pessoas seria posta em risco. Dessa forma, a proteção da vida foi sobreposta por decisões tomadas com base em interesses políticos e por efeito de manobras de grupos sociais economicamente e politicamente influentes.

Vários acordos e promessas feitas aos árabes foram deixadas de lado devido aos benefícios que as nações acreditavam que poderiam conquistar pelo apoio aos judeus. A Grã-Bretanha foi o país que estabeleceu, devido a seus acordos com ambos os lados, a base de dados que deu força ao conflito. EUA participou ativamente do processo das votações, convencendo outros países a tomarem o partido favorável à decisão da partilha, tendo líderes do movimento sionista com grande influência no controle de decisões. A URSS foi a grande surpresa, manifestando sua posição em um momento mais próximo à decisão. Todas essas movimentações servem de exemplo para a tomada de decisões internacionais e

diplomáticas em um contexto atual. Deve-se tomar o partido da ética da responsabilidade e compreender que todas as escolhas têm suas consequências.

A decisão de 1948 provoca



danos até os dias atuais. Os palestinos perderam parte de seu território na época e, atualmente, lutam para serem internacionalmente reconhecidos, para ganharem maior participação e para terem um território necessário e adequado, além das fronteiras delimitadas pela Faixa de Gaza, pela Cisjordânia e por pequenos pontos de ocupação dentro de Israel. A voz Palestina não foi devidamente ouvida no passado, mas nos dias atuais muitos grupos e estudiosos sustentam o lado palestino e, em um futuro próximo, existe a possibilidade de que suas reivindicações sejam finalmente ouvidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- "Declaração de Balfour: uma Carta Que Mudou o Oriente Médio - BBC Brasil". BBC News, BBC, 6 de novembro de 2017, www.bbc.com/portuguese/internacional-41884652. Acesso em: 19 fev 2018.
- DEMANT, Peter. **Israel: a crise próxima**. História, São Paulo, vol. 33, n. 2, pp. 72-103, jul/dez 2014.
- GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001
- GRÃ-BRETANHA. **The McMahon-Hussein Correspondence**. Disponível em: < <http://www1.udel.edu/History-old/figal/Hist104/assets/pdf/readings/13mcmahonhussein.pdf> >. Acesso em: 19 fev 2018.
- KLIER, John Doyle. **Russians, Jews and the Pogroms of 1881-1882**. 1 ed. Edinburgh: Cambrigde University Press, 2011.
- LIGA DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações**. Disponível em: < http://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/55_-



[_pacto_da_sociedade_das_nacoes.pdf](#) >. Acesso em: 19 fev 2018.

MARGULIES, Marcos. **Os judeus na história da Rússia**. Primeira edição brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1971.

NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, vol.3, n.6, pp. 123-147, jun 2010.

Posicionamento de Blocos

A grande maioria dos blocos citados neste documento não existiam no ano de 1957, data da criação do Estado de Israel. O posicionamento descrito no documento dos blocos se refere a posição dos países membros desses blocos na época da criação.

União Européia

A União Europeia (UE) é uma união económica e política de características únicas, constituída por 28 países europeus que, em conjunto, abarcam grande parte do continente europeu. A UE foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial. A intenção inicial era incentivar a cooperação económica, partindo do pressuposto de que se os países tivessem relações comerciais entre si, se tornariam



economicamente dependentes uns dos outros, reduzindo assim os riscos de conflitos.

Em relação a criação do Estado de Israel, os estados membros da União Europeia foram a favor de sua criação quase que unanimemente, com exceção da Grécia e da Grã Bretanha (que se encontra em processo de saída do bloco), que se abstiveram durante a votação.

Organização dos Países Exportadores de Petróleo

_____A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização internacional criada no ano de 1960 que visa coordenar de maneira centralizada a política petrolífera dos países membros, de modo a restringir a oferta de petróleo no mercado internacional, impulsionando os preços. Atualmente os membros detêm 81% de todas as reservas de petróleo de todo o mundo.

Com a grande maioria dos membros tendo boas relações comerciais com os países árabes, grande parte da OPEP se opôs a criação do Estado de Israel, acreditando que seu surgimento poderia colocar em cheque as rotas comerciais e acordos financeiros existentes, com exceção da Venezuela que foi favorável a sua criação.

União Africana

A União Africana é a organização internacional que promove a integração entre os países do continente africano nos mais diferentes aspectos. Na época da criação do Estado de Israel a União Sul-Africana, região em que hoje se encontra África do Sul, se posicionou de forma favorável ao assunto em questão, enquanto países como Líbia e Etiópia se posicionaram contrários ou se abstiveram da votação da matéria.

Organização Cooperação



**para _____ a
e**

Desenvolvimento Econômico

_____A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, procurando fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.

Países membros da OCDE como China, Reino Unido, Turquia, Grécia, Chile e México se posicionaram fortemente contrários ou se abstiveram em relação à criação do Estado de Israel. Enquanto sua grande maioria se posicionou a favor.

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é uma organização de países do Ocidente voltada para a promoção da democracia e do liberalismo econômico na Europa. A organização foi a última de que se tem registro de sofrer um grande ataque cibernético. Com exceção de alguns países europeus e da Ásia Central, a grande maioria dos países da OSCE se posicionou favoravelmente a criação do Estado de Israel.

Referências

- https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt
- <http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/de-1947-a-2011-o-brasil-na-criacao-de-israel-e-da-palestina/>



- <https://airtonbc.wordpress.com/2010/10/03/fundacao-do-estado-de-israel/>
- <http://www.oecd.org/>
- <https://www.osce.org/participating-states>

